

# ABOLICIONISMO NO SEGUNDO REINADO

interesses, questões econômicas,  
sociais e políticas



Imagem ilustrativa de alguns abolicionistas famosos.

## A questão abolicionista e sua relevância no Segundo Reinado

A população escrava no Brasil, extremamente populosa e majoritariamente composta por homens, gerava preocupações entre setores da elite brasileira, especialmente após a Revolução Haitiana, de 1791. O abolicionismo, como um movimento mais estruturado, começou a ganhar força no século XIX, especialmente após a **Guerra do Paraguai**, quando o

movimento encontrou importantes aliados entre a jovem oficialidade, que havia participado do conflito. Historicamente, como aponta o historiador João José Reis, essa elite temia os levantes e a insatisfação dos escravizados, o que impulsionou as discussões sobre a abolição.

Ademais, com o fim da escravidão nos Estados Unidos na década de 1860, o Brasil, junto com Cuba, se tornou um dos últimos refúgios da escravidão no continente, conforme observa a historiadora Angela de Castro Gomes. A pressão internacional e os exemplos de emancipação em outros países também contribuíram para a crescente mobilização abolicionista no Brasil. Com as novas demandas e transformações mundiais de cunho tecnológico no século XIX, principalmente elencadas desde a Revolução Industrial, e os novos ideais de liberdade e igualdade apregoados desde adventos como o Iluminismo e a própria Revolução Francesa, o Brasil tornava-se atravessado por algumas cobranças de ordem internacional (principalmente por parte da Inglaterra, que desejava estender o seu público consumidor nos trópicos). Contudo, o regime de trabalho escravista, majoritário no século XIX no Brasil, representava um entrave a esses interesses.



O movimento abolicionista ganha mais força, principalmente, a partir de meados do século XIX, assumindo diferentes frentes: na política institucional, o deputado Joaquim Nabuco propunha projetos de abolição gradual, em um deles, que a abolição fosse efetivada em 1890, com direito à indenização dos senhores. Nabuco propôs também que os escravizados tivessem direito ao ensino primário.

Por outro lado, a imprensa tornou-se um instrumento de suma relevância para denunciar os horrores da escravidão e expor o debate, permitindo uma maior circulação dos ideais da abolição. Um destaque para as atuações do advogado abolicionista Luiz Gama, que além de atuar na imprensa, conseguiu a liberdade de mais de 500 escravizados no Brasil, por meio de ações judiciais e administrativas.

---

Na imagem acima, *O Abolicionista – Orgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão – Rio de Janeiro, 1880*. Este foi um importante periódico lançado no Rio de Janeiro em 1º de novembro de 1880, destacou-se pelo seu engajamento na luta contra a escravidão no Brasil, sendo um dos propulsores da ideia abolicionista num momento em que a mesma começava a ganhar força junto à opinião pública e à classe política brasileiras.

O movimento abolicionista, como sabemos, defendia a emancipação dos escravos e a extinção da escravidão. E é preciso salientar que esse era um movimento composto por diversos segmentos sociais, incluindo libertos, intelectuais, políticos, e a classe média emergente, que se uniam em torno de uma causa comum: *a luta pela liberdade e pelos direitos humanos*. Os abolicionistas eram variados em suas origens e motivações. Os libertos, que viviam a realidade da opressão, eram algumas das vozes mais potentes. Os intelectuais, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Luiz Gama, usavam suas plataformas para argumentar contra a escravidão, ressaltando o quão era imoral e contraditório um país que se dizia civilizado manter um regime como a escravidão. Além disso, as sociedades abolicionistas organizaram campanhas e mobilizações para pressionar o governo imperial.

Os abolicionistas se opunham à escravidão por vários motivos. Primeiramente, havia um forte apelo moral, levando em consideração que a escravidão era vista como uma violação dos direitos humanos. Além disso, argumentavam que a abolição traria benefícios econômicos ao país, uma vez que a liberdade dos escravos poderia estimular o crescimento do mercado de trabalho e fomentar a industrialização. Historiadores, como Angela de Castro Gomes e João José Reis, ressaltaram que o movimento abolicionista não era homogêneo; havia disputas internas sobre a melhor forma de alcançar a emancipação, seja por meio de medidas graduais ou imediatas. A Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) foram vistas como tentativas de acomodar a pressão abolicionista, mas também como estratégias para adiar a verdadeira abolição.

Tratando-se de um tema de efervescência social e de suma importância no contexto do século XIX, a Abolição, por meio de assinatura da Lei Áurea, em 1888, acaba sendo enfatizada pelos historiadores do tema como um dos motivos principais para o fim do Império no ano seguinte. Ao considerarmos o jogo de interesses presentes, é notório que o fim da escravidão no Brasil não agradou em nada as elites, sobretudo, rurais, que se beneficiaram e muito desse regime.

### **Abolicionistas versus donos de terras**

As elites brasileiras, por outro lado, sobretudo, os proprietários de terras, defendiam a manutenção do sistema com base em argumentos econômicos e sociais. Apontavam que a

---

economia do café, que era a base do crescimento econômico do Brasil na época, carecia de mão-de-obra escrava. Os escravos também eram suas propriedades privadas, logo, discutiam a questão da indenização. Além disso, afirmavam que a abolição causaria instabilidade social e econômica, levando ao colapso da produção agrícola e à desordem nas cidades, tendo em vista que as pessoas negras, segundo eles, não eram civilizadas, logo, precisavam de seus senhores para serem controladas e educadas. Segundo as ideias do darwinismo social, por exemplo, os africanos eram naturalmente inferiores e não estavam aptos para a vida livre. Essa visão racista e pseudo-científica permeou a sociedade, influenciando as decisões políticas.

Além do apelo à questão da instabilidade econômica, alguns escravocratas defendiam a escravidão por motivos de tradição, afinal, tratava-se de um regime muitíssimo antigo, que já fora praticado por quase todas as sociedades.

Nesse cenário, entre a pressão internacional, a crescente mobilização interna pró-abolição e os interesses dos latifundiários, estava o Império. O governo tentou equilibrar os interesses das elites agrárias e a pressão por mudanças sociais. As leis que surgiram nesse período, como a Lei Euzébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico de escravos, e a Lei de Terras, do mesmo ano, evidenciava esse esforço em tentar atender os dois grupos. Ademais, podemos destacar as leis de 1871 e 1885, que foram tentativas de responder a essa pressão pró-abolição, mas frequentemente falharam em abordar a questão central da abolição total. O debate se tornava cada vez mais polarizado, refletindo as tensões sociais, políticas e econômicas da época.

O movimento abolicionista no Brasil foi um fenômeno complexo, repleto de debates e disputas, tanto na esfera política, quanto social. Com uma variedade de segmentos e argumentos, os abolicionistas lutaram contra uma estrutura profundamente enraizada: o escravismo. O legado desse movimento é fundamental para compreender as transformações sociais e políticas que moldaram o Brasil contemporâneo, principalmente, as tensões com relação à questão racial, que não foram resolvidas a partir da Lei Áurea. São questões que se fazem presente, mesmo no século XXI.

**Material Elaborado por Alícia Bastos- Bolsista de Extensão do LPPE/UERJ**